III CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE SERVIDOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – DPE/PR

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 1/2023

DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA – ENGENHARIA

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

LÍNGUA PORTUGUESA

O direito humano ao meio ambiente equilibrado

Em 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano.

É recente a preocupação com o meio ambiente, que era visto como fonte inesgotável de recursos. O primeiro alerta para a questão coube à bióloga *Rachel Carson*, no livro "A primavera silenciosa", em 1962, denunciando os danos da poluição por produtos químicos.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 junho, remete à abertura da Conferência da ONU em Estocolmo (1972), que inseriu a preocupação ambiental na pauta dos líderes mundiais, lançando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Seguiram-se encontros e tratados. Na Cúpula de 2015, foram definidos os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030. Em 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano. A ação humana é a preocupação central das discussões, com a meta de preservar a vida e o planeta.

O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – sintetiza o compromisso com o futuro: "o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades", apontando o flagelo da desigualdade. O desenvolvimento sustentável requer o atendimento das necessidades humanas pelo potencial produtivo, garantindo oportunidades iguais para todos.

No Brasil, a Lei 6.938/1981 definiu o meio ambiente como "conjunto de bens, influências e interações de ordem físicas, químicas e biológicas, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas". O conceito incorpora a compreensão da ONU acerca dos múltiplos fatores que afetam os seres vivos e as atividades humanas. Institucionalizou a Política Nacional do Meio Ambiente, marco histórico-humanístico para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a segurança nacional e a proteção da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, as organizações públicas, com grande peso no consumo de bens, são essenciais na implementação de políticas de sustentabilidade, preservando os bens naturais às gerações futuras.

(*Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho. *Cynthia Maria Simões Lopes, Procuradora Regional do Trabalho. Correio braziliense, junho de 2023 – Fragmento.)

Questão 01

O enfoque dado ao tema a partir do desenvolvimento das ideias e informações apresentadas no texto está indicado em:

A) Ênfase à popularidade do conceito de sustentabilidade e sua alta disseminação por meios diversos.
B) Comprometimento de organizações públicas e instituições afins com os fatores sociais estabelecidos no século XXI.
C) Necessidade do rompimento com estratégias estáticas de desenvolvimento que contribuem com aumento da desigualdade.
D) Aplicação de políticas e ações de sustentabilidade que proporcionem o atendimento a necessidades humanas em uma associação de equilíbrio.

Questão 02

Na relação estabelecida na estrutura utilizada no título do texto pela preposição empregada pode ser observado o emprego da norma padrão assim como em:

A) O depoente respondeu objetivamente às questões propostas.
B) Aquelas palavras ceifaram à esperança de que houvesse alguma solução.
C) Em seguida, foi proposto que todos os presentes assistissem o vídeo referido.
D) Em decorrência da situação apresentada, o presidente exonerou-lhe do cargo.

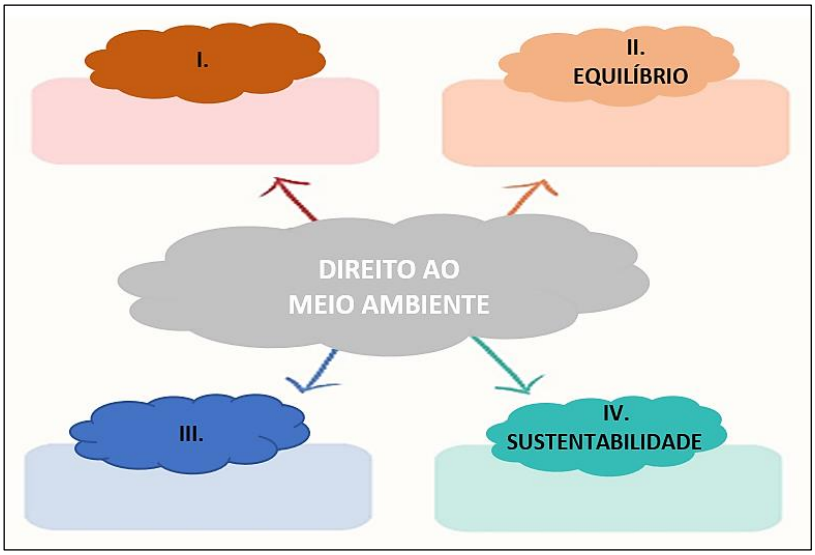
Questão 03

A primeira afirmativa do texto é justificada por meio de uma estratégia frequente em textos pertencentes ao gênero textual apresentado, tratando-se de:

A) Citação por meio da utilização de voz de autoridade acerca do assunto referido inicialmente.
B) Inserção de uma sequência textual descritiva acerca do livro de *Rachel Carson* "A primavera silenciosa, 1962".
C) Expressão explícita do ponto de vista acerca da relevância do meio ambiente e sua relação com o ser humano.
D) Esquema comparativo entre a preocupação com o meio ambiente e o fato de ser considerado como fonte de recursos não perenes.

Questão 04

De acordo com o conteúdo textual, considere o estabelecimento de um mapa conceitual que abarca de forma adequada as relações existentes entre as palavras e conceitos apresentados no texto em análise, conforme exemplificado a seguir.



Considerando as características de tal gênero textual desenvolvido anteriormente, assinale a indicação adequada para preenchimento das lacunas observadas.

I. Desigualdade: "Flagelo da desigualdade".
II. Equilíbrio: "Meio ambiente limpo, saudável e sustentável".
III. Reconhecimento institucional global: "Conselho, Conferência e Lei".
IV. Sustentabilidade: "O desenvolvimento sustentável requer o atendimento das necessidades humanas pelo potencial produtivo, garantindo oportunidades iguais para todos".

Está correto o que se afirma apenas em

A) II e IV.
B) I, II e III.
C) I, III e IV.
D) II, III e IV.

Questão 05

A partir da observação dos mecanismos de coesão textual assim como do domínio da estrutura morfossintática do trecho destacado a seguir, analise as sugestões possíveis de reescrita e assinale a hipótese em que tanto a correção gramatical quanto a semântica permanecem inalteradas. *"O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – sintetiza o compromisso com o futuro: 'o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades', apontando o flagelo da desigualdade."* (4º§)

A) No conceito: desenvolvimento sustentável, acrescentado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – sintetiza-se o compromisso com o futuro: "o desenvolvimento encontrado para as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades", apontando o flagelo da desigualdade.
B) O conceito de desenvolvimento sustentável; incorporado ao discurso público da ONU em 1987 (relatório Nosso Futuro Comum) sintetizando-o o compromisso com o futuro: "o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais ainda que sem comprometimento da habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades", apontando o flagelo da desigualdade.
C) O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 (relatório Nosso Futuro Comum) sintetiza o compromisso com o futuro: "o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem que haja comprometimento da habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades", indicando o flagelo da desigualdade.
D) O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – indica o compromisso com o futuro que sintetizam: "o desenvolvimento que encontram as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender às próprias necessidades", apontando o flagelo da desigualdade.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 06

Considere as premissas a seguir:

- Se hoje é feriado, então Júlia vai viajar e Gabriel terá folga.
- Se Júlia vai viajar ou Marcelo vai trabalhar, então Daniel vai ao *show*.
- Hoje, Gabriel está de folga e Daniel não foi ao *show*.

Sabendo-se que as premissas apresentadas são verdadeiras, é possível concluir que hoje

A) é feriado e Júlia vai viajar.
B) não é feriado e Júlia vai viajar.
C) é feriado ou Marcelo vai trabalhar.
D) não é feriado e Marcelo não vai trabalhar.

Questão 07

Após ser nomeado na DPE-PR, Rogério chegou ao órgão para trabalhar em sua estação de trabalho, onde há um computador à sua disposição. A fim de manter a segurança da informação no local, o supervisor de Rogério o explica que é necessário criar uma senha de quatro dígitos para seu usuário, sendo esta senha composta, necessariamente, por 4 algarismos. Após receber as instruções do supervisor, Rogério decidiu que irá criar uma senha, cujo número formado seja par e contenha o algarismo 7. De acordo com essas regras, o número de possibilidades que Rogério dispõe para a criação dessa senha pertence a qual dos intervalos a seguir?

A) 1 a 1.500.
B) 1.501 a 3.500.
C) 3.501 a 5.000.
D) 5.001 a 10.000.

Questão 08

Uma família é composta por três membros: pai, mãe e filho. Todos os três trabalham e possuem salários distintos, tais que:

- O triplo do salário do pai menos o salário do filho é igual a R$ 8.000,00;
- O salário da mãe mais o dobro do salário do pai vale R$ 16.000,00; e,
- A mãe recebe R$ 1.000,00 a menos que o filho.

Com base nesses dados, pode-se afirmar que a soma dos salários dos três membros dessa família é:

A) R$ 16.000,00.
B) R$ 17.000,00.
C) R$ 18.000,00.
D) R$ 19.000,00.

Questão 09

Considere a seguinte proposição:

P: Todos os defensores públicos tiram férias na praia ou descansam na região serrana.

Qual das alternativas apresenta a negação da proposição P?

A) Algum defensor público não tira férias nem descansa na região serrana.
B) Nenhum defensor público tira férias na praia ou descansa na região serrana.
C) Algum defensor público não tira férias na praia ou não descansa na região serrana.
D) Todos os defensores públicos não tiram férias na praia nem descansam na região serrana.

Questão 10

Dois amigos estavam conversando e, durante a conversa, ocorreram as seguintes falas:

- Amigo 1: Eu sou contra o mecanismo da assistência jurídica gratuita no país. Ela faz com que os impostos sejam ampliados e alguém deve pagar essa conta.
- Amigo 2: Discordo de você. Não defendo essa ideia de que os pobres devem ser proibidos de acessar a justiça em nosso país.

A argumentação apresentada pelo amigo 2 apresenta uma incoerência denominada falácia

A) do acidente.
B) *ad hominem.*
C) do espantalho.
D) do apelo à emoção.

CONHECIMENTOS SOBRE A LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO ESTATUTO DOS SERVIDORES DA DPE/PR

Questão 11

A Defensoria Pública do Estado do Paraná é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção dos direitos humanos, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judiciais e extrajudiciais, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados nos termos do inciso LXXIV do Art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Tomando como base a Lei Complementar Estadual nº 136/2011, analise as afirmativas a seguir.

I. O Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná é constituído pelas receitas oriundas de auxílios, subvenções, doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, de órgãos ou entidades federais, de outros estados ou municípios, bem como de entidades internacionais.

II. O Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE-PR sem prejuízo das dotações consignadas no orçamento, tem por finalidade prover recursos financeiros para aplicação em despesas correntes e de capital; aparelhamento da DPE-PR; e, capacitação profissional de seus membros e servidores, bem como para assegurar a implementação, manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da DPE-PR e da Escola da Defensoria Pública do Estado.

III. O Conselho Superior Interino da Defensoria Pública do Estado será composto, por, no mínimo, dois membros e, no máximo, oito membros, a Presidência será exercida pelo Defensor Público-Geral; e, os demais membros são escolhidos dentre os advogados da Carreira Especial de Advogados do Poder Executivo do Estado do Paraná que tiverem a opção pela Carreira de Defensor Público homologada pelo governador do estado do Paraná.

IV. Aos assistidos pela DPE-PR, são direitos, além daqueles previstos no Art. 37 da Constituição da República e demais Leis e atos normativos internos, a informação sobre a qualidade e a eficiência do atendimento, observado o disposto no Art. 37, §3º CF/1988, sendo defeso o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público do Estado.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III e IV, apenas.

Questão 12

O Processo Administrativo Disciplinar tem como objetivo específico apurar a verdade dos fatos constantes da representação ou denúncia associadas à responsabilidade de servidor por ilícito administrativo disciplinar praticado no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Considerando a Lei Estadual nº 20.857/2021, assinale a afirmativa correta.

A) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, ainda que sejam de forma anônima realizadas por meio da Ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
B) Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será encaminhada ao Ministério Público para conduzir as investigações por meio do Procedimento Investigatório Civil-PIC.
C) Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, a suspenção do processo.
D) Será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar na imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão.

Questão 13

A Defensoria Pública do Estado do Paraná assegura ao servidor o direito de petição em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder contra ele. Considerando o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná, o direito de peticionar prescreve em

A) dois anos, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.
B) cinco anos a contar da demissão, da cassação de aposentadoria ou da cassação de disponibilidade.
C) cento e vinte dias, a contar da demissão, da cassação de aposentadoria ou da cassação de disponibilidade.
D) cinco anos, a contar dos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações com a administração da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Questão 14

Considerando a Lei Estadual nº 20.857/2021, a licença gala, de dez dias, é concedida ao servidor em virtude de

A) aposentadoria.
B) acompanhamento do cônjuge ou companheiro.
C) seu casamento ou união estável, a contar da data da celebração que conste na certidão do registro civil.
D) cumprimento de mandato de presidente de entidade de classe com maior representatividade na categoria.

Questão 15

Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 136/2011, analise as afirmativas a seguir.

I. Decidir acerca da destituição do Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
II. Fixar, ouvida a Escola da Defensoria Pública do Estado, parâmetros de qualidade para a atuação dos Defensores Públicos do Estado.
III. Deliberar sobre a organização de concurso público para ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado e designar os representantes da Defensoria Pública do Estado do Paraná que integrarão a Comissão de Concurso Público.
IV. Interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou Tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na Lei, jurisprudência ou prova dos autos, remetendo cópia à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
V. Apresentar à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado relatório de suas atividades, com dados estatísticos de atendimentos e, se for o caso, sugerir providências tendentes à melhoria dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Paraná, no âmbito de sua atuação.

São consideradas competências do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) III, IV e V, apenas.

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 16

Doutrinariamente, serviço público é considerado como sendo toda atividade administrativa ou de prestação direta e indireta de serviços à população, exercida por um órgão ou entidade da Administração Pública ou pela iniciativa privada; são prestados exclusivamente pela Administração Pública por meio de três dispositivos legais: pela concessão, permissão ou autorização do poder público. Sobre a classificação dos serviços públicos, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Serviços públicos.
2. Serviços de utilidade pública.
3. Serviços próprios do Estado.
4. Serviços impróprios do Estado.

( ) Correspondem a atividades privadas e recebem impropriamente o nome de serviços públicos, porque atendem às necessidades de interesse geral. Por serem atividades privadas, são exercidas por particulares, mas, por atenderem às necessidades coletivas, dependem de autorização do poder público, estando sujeitas a maior ingerência do poder de polícia do Estado.
( ) São os que a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou consente que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários. São convenientes, mas não essenciais.
( ) São os que a Administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer sua essencialidade e necessidade para sobrevivência do grupo social e do próprio Estado, tais como a Defesa Nacional, polícia e fiscalização de atividades, água, saneamento básico.
( ) São aqueles que, atendendo às necessidades coletivas, o Estado assume como seus e presta-os diretamente ou mediante delegação a concessionários ou permissionários.

A sequência está correta em

A) 4, 2, 1, 3.
B) 3, 4, 2, 1.
C) 4, 3, 1, 2.
D) 1, 2, 3, 4.

Questão 17

Sobre os atos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. Autorização é um ato unilateral, discricionário, constitutivo do qual predomina o interesse particular.

II. É vedada a revogação de ato administrativo que tenha gerado direitos adquiridos.

III. Podem ser editados por agentes públicos integrantes da estrutura da Administração Pública, mas também por integrantes do Poder Judiciário, quando no exercício de funções executivas típicas.

IV. É assegurada a delegação de competência para decisão de recursos administrativos.

V. O instrumento disponibilizado à Administração Pública, para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, traduz a essência de seu poder de polícia.

Está INCORRETO o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) IV e V, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) III, IV e V, apenas.

Questão 18

Jorge, candidato ao cargo de analista da Defensoria Pública, durante seus estudos sobre o tema Controle da Administração Pública, deparou-se com as seguintes informações:

I. Doutrinariamente, afirma-se que a teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado, sob a modalidade do risco administrativo foi aceita pela Constituição Federal de 1988.

II. O Ministério Público exerce sobre a entidade descentralizada o denominado controle finalístico, também conhecido como tutela administrativa ou supervisão ministerial que só poderá ocorrer nos limites expressamente previstos em lei.

III. Os membros do Poder Legislativo exercem o controle legislativo em face dos servidores que atuam nos órgãos integrantes da estrutura deste Poder, sejam eles servidores ocupantes de cargos efetivos ou comissionados.

IV. O controle da administração indireta difere-se do poder hierárquico pela natureza dos entes sobre os quais é exercido.

V. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial; tal prerrogativa advém do Princípio da Eficácia Legal.

Tendo como base as doutrinas e entendimentos dos Tribunais Superiores que norteiam o direito administrativo, está correto o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) I, II e IV, apenas.
C) II, III e V, apenas.
D) III, IV e V, apenas.

Questão 19

A Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, tem como principal objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade; privacidade; e, livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, bem como o foco na criação de um cenário de segurança jurídica, com a padronização de regulamentos e práticas para promover a proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil, de acordo com os parâmetros internacionais existentes. Tal normativa considera dado pessoal sensível aqueles que se referem à:

A) Origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
B) Documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.
C) Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
D) Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Questão 20

O regime jurídico-administrativo, sistema que dá identidade ao direito administrativo, repousa sobre dois princípios básicos, os quais fundamentam a bipolaridade deste ramo do direito, quais sejam, as prerrogativas e restrições concedidas à Administração. Tais princípios não são específicos do direito administrativo, pois norteiam todos os ramos do direito público; porém, são essenciais, pois, a partir deles, constroem-se todos os demais princípios e regras que integram o regime jurídico-administrativo. Tais princípios são, respectivamente:

A) Socialidade e Operabilidade.
B) Proteção e Primazia da Realidade.
C) Controle da execução orçamentária e Eficácia Legal.
D) Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público Sobre o Privado.

Questão 21

Suponhamos que uma determinada lei estadual estabeleça normas administrativas, com a finalidade de compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental, prevendo a aplicação de penalidades e multas aos infratores. A normativa veda ofensa ou sujeição a qualquer tipo de experiência capaz de causar sofrimento ou dano aos animais. Contudo, exclui a responsabilidade sobre as condutas praticadas em decorrência da realização dos cultos e liturgias das religiões de matriz africana. Sob o aspecto constitucional, é correto afirmar que a lei estadual

A) é constitucional ao passo que resguarda o direito fundamental à liberdade religiosa e protege as manifestações de cunho religioso.
B) é inconstitucional ao prever situação que caracteriza excludente de ilicitude penal, matéria que é de competência privativa da União.
C) é constitucional, pois em matéria de proteção ao meio ambiente os Estados possuem, de forma ordinária, a competência legislativa plena.
D) é inconstitucional ao passo que, ao admitir a prática de condutas que atentem contra a integridade física dos animais, afasta a aplicação de norma constitucional que determina o seu devido amparo.

Questão 22

A Constituição Federal de 1988 estabelece que ação popular é uma garantia fundamental, e tem por finalidade anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. A respeito dessa garantia constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) Possuem legitimidade ativa para a propositura de ação popular o cidadão e o Ministério Público.
B) A ação popular, tal como o voto, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, é uma forma de exercício direito da democracia.
C) Nos termos da Constituição Federal, a legitimação ativa para a propositura da ação popular não é ampla, sendo vedado ao cidadão ajuizar ação popular em local diverso de seu domicílio eleitoral.
D) A Constituição Federal, baseada no princípio da eficiência, estabelece como requisito à propositura de ação popular o prévio esgotamento dos meios administrativos de prevenção ou repressão aos atos lesivos ao patrimônio público.

Questão 23

Pelo menos 288 pessoas trans estão inscritas em listas de espera para cirurgias envolvendo transição de gênero nos cinco hospitais habilitados pelo SUS, que oferecem esses tipos de procedimentos na rede pública de saúde. Os números foram calculados com base nas respostas das instituições obtidas pelo G1 por meio da Lei de Acesso à Informação e pelas assessorias de imprensa.

(Disponível em: G1, Ciência e Saúde.)

Considerando o dever do Estado de proteger as minorias marginalizadas e estigmatizadas da sociedade, é correto afirmar que:

A) O direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero, cuja manifestação fica condicionada a alguns requisitos, tais como a maioridade e a realização de perícias profissionais.
B) A alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil deve ser averbada à margem do assento de nascimento, sendo vedada a inclusão do termo transgênero quando não for requerido pelo interessado ou por determinação judicial.
C) As pessoas transgênero têm o direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, seja pela via judicial ou administrativa, exigindo-se, para tanto, apenas a manifestação de vontade do indivíduo.
D) As pessoas transgêneros que decidam se candidatar a cargo eletivo deverão se registrar na Justiça Eleitoral com o nome civil, o que impede a sua contabilização nas respectivas cotas de candidaturas masculina ou feminina, e a utilização do nome social nas urnas eletrônicas.

Questão 24

Sobre as normas constitucionais a respeito da família e sua aplicação e interpretação no ordenamento jurídico brasileiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A entidade familiar pode ser definida como aquela constituída pelo casamento civil ou casamento religioso com efeito civil, pela união estável entre o homem e a mulher ou por pessoas do mesmo sexo e pela comunidade formada por qualquer dos pais.

( ) Não viola a Constituição a edição de lei infraconstitucional que adote critérios de diferenciação de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros.

( ) A Constituição Federal autoriza a dissolução do casamento civil pelo divórcio direto, desde que comprovada a prévia separação judicial por mais de um ano.

( ) O dever do Estado em assegurar a assistência à família, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações domésticas, se reserva à proteção da mulher.

A sequência está correta em

A) V, F, V, F.
B) V, F, F, F.
C) F, V, V, V.
D) F, V, F, V.

Questão 25

A Defensoria Pública é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, e atua no exercício da defesa dos necessitados. Para o desempenho da função institucional, a Constituição Federal prevê expressamente aos membros da Defensoria Pública a garantia de:

A) Vitaliciedade, que é adquirida após dois anos de efetivo exercício no cargo.
B) Irredutibilidade de remuneração, que se dará exclusivamente pelo sistema com base em vencimento.
C) Independência funcional, que lhes assegura a plena autonomia de convicção no exercício de suas funções, ainda que divergente em relação às leis e aos princípios institucionais do órgão.
D) Inamovibilidade, que consiste na vedação à remoção injustificada do defensor, por motivos de interesse político ou perseguição, podendo ocorrer justificadamente nas hipóteses de permuta, a pedido ou de forma compulsória, como aplicação de penalidade.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 26

Mato Grosso: parque com maior concentração de onças do mundo registra 2ª pior queimada desde 2013

Incêndios no Parque Estadual Encontro das Águas afetaram mais de 21 mil hectares; bombeiros usam aviões para combater o fogo. Com as queimadas no Pantanal se intensificando no segundo semestre, o Parque Estadual Encontro das Águas, localizado no Mato Grosso e considerado como a região com maior concentração de onças-pintadas do mundo, registra seu segundo pior ano de queimadas desde 2013. Segundo o Lasa, 20,18% da área do parque foi afetada por queimadas com base nos alertas de incêndio detectados por satélites. No total, são 21.825 hectares – a terceira maior marca desde o início do monitoramento, em 2012. Em 2013, foi registrado o até então segundo pior ano, com 255 mil hectares. Como ainda estamos em outubro, a possibilidade é que o acumulado de 2023 supere o de 2013.

(Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional. Adaptado.)

As queimadas têm sido assunto recorrente de noticiários em várias regiões do Brasil e até do mundo, e sabe-se que:

A) A maior parte dos problemas respiratórios recorrentes estão relacionados às toxinas desprendidas pelas queimadas que prejudicam sistematicamente o meio ambiente e a saúde pública.
B) As queimadas são eventos naturais que podem causar sérios danos às áreas, atingidas embora possam causar graves prejuízos econômicos, sociais e ambientais, não podem ser consideradas como crimes.
C) No caso das queimadas antrópicas, muito comuns em áreas rurais para a limpeza do pasto ou para a preparação do solo para a próxima colheita, são parte de uma cultura ancestral e, portanto, isentas de culpabilidade criminosa.
D) São consideradas crime ambiental as queimadas que, causem poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

Questão 27

Escola é condenada a indenizar mãe de criança que foi expulsa por ser autista

Rompimento repentino do vínculo escolar aconteceu 15 dias após a matrícula da criança. Segundo o juiz, a atitude da escola estaria fomentando uma discriminação velada da menor. Uma escola foi condenada pela Justiça a indenizar em R$ 7 mil a mãe de uma criança que foi expulsa 15 dias após ser matriculada por ser autista. Segundo o juiz, relatos do diretor da escola e de uma professora no processo serviram como uma "confissão" de que, após a matrícula, eles teriam sido "surpreendidos pela gravidade" do quadro da criança para o qual "não tinham preparo técnico e decidiram pelo rompimento do vínculo escolar".

(Disponível em: https://g1.globo.com/go/goias/noticia. Acesso em: 28/08/2023.)

Atualmente, no Brasil, de acordo com a legislação vigente:

A) A medida de expulsão da escola pode ocorrer perante o comportamento do aluno que perturbe, mesmo que minimamente, de alguma forma, o funcionamento normal das atividades da escola.
B) A não aceitação na escola pode ser justificada, caso o aluno em questão não apresente laudo psicológico e/ou condições de manter um professor especializado para acompanhá-lo na rotina escolar.
C) Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado deve ser organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino.
D) A proibição do acesso ao espaço escolar ou a retenção de um aluno, independente das suas condições intelectuais e de saúde, pode ocorrer se estiverem asseguradas pelo regimento escolar, documento soberano e de poder decisório.

Questão 28

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto os pretos e pardos representam 56% da nossa população, a proporção deste grupo entre todos os brasileiros abaixo da linha de pobreza é de 71%; já a fração de brancos é de 27%. Quando olhamos os números de extrema pobreza, a discrepância quase triplica: 73% são negros e 25% brancos. Nessa perspectiva, construir uma sociedade mais igualitária requer a compreensão do papel de cada estrutura socioeconômica na reprodução do racismo para elaborar estratégias efetivas de enfrentamento. Na educação, essa desigualdade é evidente e o combate a ela é indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária.

(Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br. Adaptado.)

Na sociedade brasileira, apesar de absurdas, as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, é evidente o desequilíbrio na garantia de direitos, entre outros aspectos. Nesse contexto, algumas medidas visando diminuir tais discrepâncias existem, tais como:

A) A extinção da veiculação, em todo território nacional de mensagens nas mais variadas mídias, ligadas à exclusão sistêmica ou racismo, mesmo de forma velada.
B) O tratamento e atendimento preferencial no âmbito dos sistemas de saúde, aos indivíduos em situação de fragilidade social ou vítimas de práticas discriminatórias.
C) A disseminação sistemática do ideal da democracia racial, preconizada e reforçada a partir da implantação na educação, das Cotas Raciais Universitárias a nível nacional.
D) A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que, mesmo com muitos limites, tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes.

Questão 29

17 anos da Lei Maria da Penha e a luta contra o ciclo da violência doméstica ao feminicídio

Os 17 anos da Lei Maria da Penha foram lembrados em sessão especial no Plenário do Senado. A Lei nº 11.340/2006 classifica os tipos de violência, desde a física e sexual, passando pelos abusos psicológico, sexual e patrimonial. Em caso de violência doméstica e familiar, o agressor poderá ser afastado do lar e, em caso de prisão, fica sem direito à liberdade provisória. Medidas protetivas descumpridas poderão acarretar pena de até dois anos de prisão.

(Disponível em: https://www12.senado.leg.br/tv/programas/em-discussao. Adaptado. Acesso em: 17/09/2023.)

Tal legislação que representa o marco do enfrentamento do Brasil à violência contra a mulher. A "Lei Maria da Penha" é o principal instrumento legal de coibição à violência contra as mulheres, sendo sancionada em 2006 e, além de focar em punição à agressores, dá ênfase na prevenção e proteção às vítimas. Em relação a essa normativa e à sua repercussão, podemos afirmar corretamente que:

A) A violência de gênero, fato estrutural em nossa sociedade, passa a ser do âmbito e responsabilidade da Lei Maria da Penha.
B) Excluídos os problemas como álcool, drogas ou vulnerabilidade decorrentes da idade da vítima, o agressor feminino se enquadra na Lei Maria da Penha.
C) Com algumas mudanças, atualmente a Lei Maria da Penha preconiza a proteção à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e moral da vítima.
D) Desde a sua criação, as mulheres vítimas, especificamente de violência física, podem solicitar medidas protetivas de urgência e a prisão imediata do agressor.

Questão 30

ONU celebra 50 anos da lei sobre cinto de segurança nas estradas

A obrigatoriedade do uso do cinto de segurança nos carros foi introduzida pela primeira vez na Europa na década de 1970. Uso obrigatório do acessório já salvou milhões e vidas; assim como capacetes para bicicletas e motocicletas; atualmente, 105 países têm legislações sobre o tema. A utilização do cinto de segurança no trânsito ajudou a reduzir o número de ferimentos fatais em 45% a 50% dos condutores e veículos e passageiros que se sentam na frente. Em caso de desastres, pessoas que se sentavam no banco de trás, tiveram risco de morte e ferimentos sérios reduzidos em até 25% por estarem usando o cinto. Todos os anos, 1,35 milhão de pessoas perdem a vida nas estradas. Os dados são da Organização Mundial da Saúde (OMS), que marca os 50 anos da lei de obrigatoriedade do cinto de segurança.

(Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2023. Em: 06/2023.)

O cinto de segurança é um dos equipamentos mais importantes para a segurança de motoristas e passageiros em um veículo. No Brasil, em relação ao uso do cinto de segurança,

A) é obrigatório por lei também no banco detrás em todos os veículos em circulação.
B) o uso de dispositivos de retenção infantil é obrigatório para crianças, mas em hipótese alguma elas são dispensadas do cinto de segurança.
C) o *airbag* pode substituir o cinto, pois ambos são dispositivos de segurança projetados para proteger os ocupantes do veículo em caso de colisão.
D) a infração por não usar o cinto de segurança é considerada leve, e incide em multa, embora não gere perda de pontos na carteira de habilitação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

O Conselho Nacional de Meio Ambiente, por meio da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986, traz uma série de critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Em relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Atividades modificadoras do meio ambiente, tais como a construção de estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos deverão dispor da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, que deve ser aprovado, inicialmente, pelo órgão municipal, relacionado ao local de implementação das modificações.
II. O estudo de impacto ambiental terá como uma de suas etapas o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e a análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando o meio físico, biológico e socioeconômico.
III. O estudo de impacto ambiental será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente, direta ou indiretamente, do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I.
B) II.
C) III.
D) II e III.

Questão 32

Tendo em vista que os benefícios e despesas indiretas, conhecidos como BDI, são taxas que se adicionam ao custo de uma obra para cobrir as despesas indiretas que tem o construtor. Para o equacionamento do BDI, pode-se utilizar várias metodologias que se assemelham em seus conceitos, assim, em relação ao BDI, pode-se afirmar que:

A) Despesas relativas à administração local de obras, mobilização e desmobilização e instalação e manutenção do canteiro, devem ser consideradas dentro dos custos indiretos para efeito de quantificação do custo final.
B) A formulação do BDI, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), deve englobar as taxas de rateio da administração central, de seguros, de riscos, de garantias, de despesas financeiras, de lucro e da incidência de impostos.
C) Os tributos, considerados no cálculo do BDI, devem ser os relacionados diretamente ao ente contratante, ou seja, em caso de contratações da União, somente incidirão os tributos federais, assim como nos casos de contratações de Estados e Municípios.
D) O demonstrativo analítico do BDI utilizado no orçamento-base ficará guardado no processo administrativo interno que originou a contratação do serviço, podendo ser solicitado pelo contratante ou concorrente da licitação a qualquer tempo mediante pedido ao órgão licitante.

Questão 33

Considerando a Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações e contratos administrativos, pode-se afirmar sobre as licitações, EXCETO:

A) O processo licitatório tem como um de seus objetivos incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
B) O reconhecimento de firma deverá ser realizado com documentação expedida em cartório de notas, devidamente registrado para o fim que se faz necessário.
C) O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo não poderá disputar a licitação, ou participar da execução do contrato, seja de forma direta ou indireta.
D) O processo de licitação deverá observar as seguintes fases, em sequência: preparatória, de divulgação do edital de licitação, apresentação de propostas e lances, de julgamento, de habilitação, recursal, de homologação.

Questão 34

Tem-se que a segurança do trabalho atualmente é regulada por muitas normas (Constituição Federal de 1988, Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Instruções Técnicas etc.) que tentam garantir, na prática, a integridade física e psíquica dos trabalhadores. São diversos mandamentos jurídicos nos níveis federal, estadual e municipal que procuram regulamentar procedimentos, instrumentos e equipamentos de segurança; criam direitos e obrigações; restringem; punem; e, fazem cumprir os preceitos legais de segurança, sempre na esperança de atingir um fim social previamente pactuado. Ainda que tenha havido grande avanço na legislação, a construção civil ainda está associada a um alto índice de incidentes e de acidentes de trabalho, que constituem um sério problema de saúde pública. A mortalidade e a invalidez geradas por quedas, choques elétricos, soterramentos, máquinas e equipamentos inseguros, por exemplo, ainda desafiam a gestão da construção civil para garantir um trabalho seguro e saudável nos canteiros de obras. Um dos acidentes típicos que ocorrem na construção civil está associado à queda de diferença de nível, que abrange: queda do trabalhador; queda de materiais sobre trabalhadores/terceiros; queda de grandes equipamentos sobre trabalhadores/terceiros; e, queda de equipamentos com trabalhadores. Em relação aos acidentes com queda de diferença de nível, analise as afirmativas a seguir.

I. Quedas em periferias de pavimentos apresentam alto índice de fatalidade e têm como causas principais a ausência total ou parcial da necessária proteção coletiva como guarda-corpos; redes de proteção; e, linha de vida. Inexistindo ou mal instalados, qualquer movimento em falso ou desequilíbrio permitirá a ocorrência do acidente. A origem da queda geralmente é devida a um movimento brusco do trabalhador, provocado por ferragens salientes na superfície; formas de madeira escorregadias; movimento corporal mais forte, por exemplo, para desforma; escadas inseguras e/ou inadequadas; choque elétrico com vibrador; e, superfície de trabalho instável, dentre outros.

II. Quedas em aberturas no piso e *shafts* são causadas principalmente pela ausência ou má execução do fechamento sobre essas aberturas. Falta projeto, por ser considerada uma proteção muito simples, sendo mal executada por motivos variados. Em vários acidentes fatais, o trabalhador caiu ao pisar sobre uma folha de madeirite mal posicionada ou com superfície pouco maior que o vão, sem nenhum travamento no piso.

III. Quedas em andaimes tubulares fixos e móveis envolvem, em geral, trabalhadores de pequenas empresas e autônomos que atuam em pequenas reformas de tetos e fachadas, tais como reparos em alvenaria e colocação de pastilhas; janelas e terraços; instalações elétricas e hidráulicas; pintura; gesso; e, outras. E também nas etapas finais da construção de edificações em geral; a queda do andaime junto com os trabalhadores nele situados é um acidente moderado, cuja causa principal geralmente está associada a não utilização de proteção contra quedas proporcionada pelo cinto de segurança com trava quedas acoplado a um cabo guia com sustentação independente.

IV. Soterramentos são acidentes que ocorrem pela instabilidade dos terrenos alterados, seja por escavações, por cortes em planos inclinados ou, ainda, no acúmulo de materiais junto às suas bordas. Em todas essas situações, as alterações são propícias a movimentos bruscos de reacomodação do terreno, provocando o desmoronamento instantâneo com alta probabilidade de graves danos. Ocorrem em obras de redes de abastecimento de água ou de coleta de esgotos, quando as valas são abertas sem nenhum ou com pouquíssimo material de escoramento que protegeria contra o desmoronamento de suas paredes. Outra situação de risco importante é a execução de escavação ao lado de algum talude, muro ou edificação com estabilidade comprometida, as causas desses tipos de acidentes estão associadas, principalmente, à falta de análise riscos e/ou falhas operacionais de supervisão e implementação das medidas de proteção necessária.

V. Tombamento do equipamento é um tipo de acidente de menos ocorrência, mas que pode causar danos graves ao operador e até a morte por esmagamento, cuja causa direta está associada ao risco presente na atividade sobre terrenos irregulares e/ou operador não qualificado para a função. Podem ser classificadas como causas associadas à falta de proteção contra esmagamento do posto de operação da máquina combinado e à falta ou não utilização correta do cinto de segurança.

Quanto aos acidentes relacionados à queda de nível, está correto o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) I, II e III, apenas.
C) I, II, IV e V, apenas.
D) II, III, IV e V, apenas.

Questão 35

O planejamento de obras é essencial e decisivo para o sucesso de um projeto; um bom planejamento dá ao gestor um norte de como guiar e encaminhar sua obra; além disso, a obra precisa ser continuamente controlada para que o gestor verifique se todos os trabalhos estão andando de acordo com o planejamento ou se existem discordâncias. Desse modo, o gestor poderá tomar atitudes que corrijam e moldem o planejamento inicial para as situações da obra. O planejamento e controle de obras se caracterizam por um conjunto de estratégias e ferramentas que, sendo adequadamente usadas por uma organização, influenciam positivamente na eficiência do seu sistema produtivo. São tipos de planejamento:

- Planejamento estratégico;
- Planejamento operacional; e,
- Planejamento tático.

Em relação aos tipos de planejamento, assinale a afirmativa correta.

A) Tático: se dá na formalização através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimentos e implantações estabelecidas, sendo baseado no longo prazo.

B) Operacional: reúne informações que deverão ser formalizadas em um tempo médio, ou seja, não são tão emergenciais, nem de tão longo prazo. Aqui, define-se a missão, a visão e os valores da empresa.

C) Tático: é um processo gerencial que consente ao executivo deliberar sobre norte que será adotado pela empresa para conseguir o aperfeiçoamento na relação da empresa e seu ambiente. Nele são gerados os planos de ações e cronogramas do empreendimento.

D) Estratégico: é um processo gerencial que permite ao executivo definir o rumo que será seguido pela empresa, com vista a obter um nível de aperfeiçoamento na relação da empresa e seu ambiente. É baseado no longo prazo, com subdivisões genéricas dos serviços, comumente apresentados em um cronograma por mês que mostra uma visualização geral das etapas da obra.

Questão 36

O planejamento e controle de obras apresenta como principal finalidade a prevenção de riscos e inconformidades; além disso, apresenta como objetivo potencializar os aspectos positivos e mitigar os pontos negativos da construção do projeto, isto é tanto para quem executa quanto para os clientes envolvidos. Desse modo, o profissional responsável pelo planejamento e controle de obras deve elaborar uma série de estudos e cálculos para avaliar em que situações a construção do empreendimento é viável economicamente e com maior rentabilidade para a empresa. Tudo isso levando em consideração as políticas internas da empresa e leis em vigor no local onde as obras acontecerão. Por meio de um planejamento completo e detalhado, os profissionais responsáveis pela atividade conseguem uma visão completa e real da obra, otimizando, assim, o alicerce para tomar decisões consistentes ao longo de todo o projeto e execução da obra. Dessa maneira, torna-se fundamental que os profissionais responsáveis por cada etapa do planejamento conheçam bem as particularidades do setor e consigam gerenciar as tarefas e pendências de forma inteligente e otimizada. Toda obra requer um planejamento físico-financeiro que deve ser cumprido nos primeiros estágios e que fornece uma visão geral e inclui, não apenas questões relacionadas a prazos e obrigações, como também o orçamento destinado à contratação de serviços e compra de materiais. Para a execução de uma obra de reforma e ampliação de uma edificação do Ministério Público em cinco meses, orçada em R$ 2.000.000,00, as atividades foram organizadas em oito grupos, sendo indicado no quadro o percentual de recursos que serão destinados para cada atividade.

Atividade	Recursos (%)	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5
1	20%					
2	30%					
3	20%					
4	5%					
5	10%					
6	6%					
7	4%					
8	5%					

A partir das informações anteriores, construa um cronograma físico-financeiro para as atividades propostas; assinale a afirmativa correta.

A) Até o quarto mês será pago R$ 1.000.000,00 (50% do montante da obra).

B) No terceiro mês deverão ser gastos R$ 800.000,00 (40% do montante da obra).

C) No segundo mês deverão ser gastos R$ 400.000,00 (20% do montante da obra).

D) Até o segundo mês já terá sido desembolsado 50% dos valores destinados à obra, ou seja, R$ 1.000.000,00.

Questão 37

O orçamento é considerado uma importante ferramenta de discriminação dos diversos serviços que irão compor a obra, os custos unitários de cada etapa e serviço e seus respectivos quantitativos. O orçamento contém o custo de cada uma das partes da obra, que são levantados a partir dos projetos, que podem ser básicos ou executivos, análises *in loco* e outras variáveis locais. Existem diversos tipos de orçamentos utilizados na engenharia civil, como os sintéticos e analíticos, analise as afirmativas a seguir.

I. O orçamento analítico constitui a forma mais pormenorizada e precisa do custo de uma obra, executado a partir do levantamento de quantitativos, das composições de custos unitários e dos preços em pesquisas de mercado ou base de dados, sendo considerados os custos diretos e indiretos.

II. O orçamento sintético apresenta uma baixa precisão, em termos de levantamento de custos, utilizando basicamente anteprojetos e visitas ao local do empreendimento, sem a necessidade de especificações básicas.

III. A estimativa de custos é uma análise expedita, baseada em registros de obras realizadas, anteriormente, para construções com características similares, tem a finalidade de estabelecer, simplesmente, uma ordem de grandeza do custo total da obra.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e III.

Questão 38

Considerando que o acompanhamento da execução dos serviços de construção, reforma ou ampliação de edificações deve atender a uma série de normas, leis, decretos e códigos, a etapa de fiscalização é imprescindível para a correta execução do serviço contrato. Em relação à etapa de fiscalização, analise as afirmativas a seguir.

I. O contratado deverá fornecer, para aprovação da fiscalização, programa detalhado que descreva as diversas fases da demolição previstas no projeto e estabeleça os procedimentos que serão adotados na remoção dos materiais reaproveitáveis.

II. Em relação à etapa de execução de aterros, a fiscalização deverá conferir visualmente a fidelidade da planta de levantamento planialtimétrico e confirmar o movimento de terra, não sendo necessários ensaios complementares de acompanhamento.

III. Em relação à etapa de execução das estruturas de concreto armado, não é de responsabilidade da fiscalização o acompanhamento após a concretagem, como em relação ao tempo de cura, que deve ser de responsabilidade do engenheiro de execução de obra.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e III.

Questão 39

Compatibilização de projetos é a composição das diferentes disciplinas que compõem um projeto (projeto arquitetônico e projetos complementares) de forma que uma parte não comprometa a outra. Quando se executa uma obra de médio e grande porte, a compatibilização de projetos passa a ser fundamental para evitar erros de interferências entre projetos, minimizando o retrabalho e os custos com desperdícios. Sobre a compatibilização de projetos complementares, analise as afirmativas a seguir.

I. Podem ser realizados manualmente utilizando-se de *softwares* como *REVIT* e *SKETCHUP*, por exemplo, e automaticamente utilizando *softwares BIM*.

II. Quando todos os projetos são compatibilizados, fica mais fácil elaborar um orçamento e um cronograma mais preciso de todas as etapas necessárias para realizar a obra, sem que aconteçam muitas surpresas, tais como serviços que não estavam previstos.

III. A obrigação do Projeto Executivo, que demanda a geração dos desenhos de detalhamento necessário à boa execução da obra, também é uma importante fonte de problemas, pois impede a identificação das falhas antes da execução da obra.

IV. Uma importante causa de incompatibilidade nos projetos é a ausência de comunicação entre os agentes envolvidos neles, que acarretam uso de programas conflitantes, *layers* e nomenclaturas desconhecidas.

Sobre a compatibilização de projetos, está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) II e IV, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

Questão 40

Considerando um importante instrumento de gestão e controle de obras é o diário de obra, que trabalha como um memorial descritivo das principais atividades e os fatos ocorridos na obra todos os dias. A Resolução nº 1.024/2009 do CONFEA, ratificada pela a Resolução nº 1.089/2017, determinou a obrigatoriedade do documento, denominando de Livro de Ordem, em obras e serviços de engenharia, tanto para obras públicas quanto privadas. Sobre livro de ordem ou diário de obra, analise as afirmativas a seguir.

I. O livro de ordem tem por objetivo confirmar, juntamente com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, a efetiva participação do profissional na execução dos trabalhos da obra ou serviço, permitindo a verificação da medida dessa participação, inclusive para a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

II. O livro de ordem deve ser preenchido pelo responsável técnico da obra, sendo facultado aos autores dos projetos, ao contratante ou proprietário da obra efetuar anotações com data e assinatura.

III. O livro de ordem constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com a obra ou serviço e servirá de subsídio para: comprovar autoria de trabalhos; garantir o cumprimento das instruções tanto técnicas quanto administrativas; dirimir dúvidas sobre a orientação técnica relativa à obra; avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho.

IV. Os modelos, porventura já existentes, tais como boletim diário; livro de ocorrências diárias; diário de obras; cadernetas de obras etc, ainda em uso pelas empresas privadas, órgãos públicos ou autônomos, poderão ser admitidos como livro de ordem, desde que atendam às exigências da Resolução nº 1.024/2009, e tenham seus Termos de Abertura autorizados pelo CREA.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) II e IV, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) I, II e IV, apenas.

Questão 41

A imagem ilustra o procedimento do ensaio de resistência à compressão de corpos de prova cilíndricos de concreto para verificar a qualidade do concreto usinado recebido na obra e a carga máxima alcançada no ensaio expressa em toneladas força. Será considerado apenas 1 exemplar ensaiado definindo à resistência à compressão desta betonada, tendo, portanto, $f_{ck} = f_{c,betonada}$. Através do ensaio de compressão do CP de concreto, é possível estimar a resistência à tração direta, conforme NBR6118 (2023), norma que atribui seu valor médio ou característico por meio das equações apresentadas na imagem.

(Dados: 10,0 kgf/cm² = 1,0 MPa.)

Com base nestas informações e que o ensaio tenha sido executado corretamente, considerando que o engenheiro precise concretar um elemento estrutural com uma determinada resistência mínima à tração, analise as assertivas correlatas e a relação proposta entre elas.

I. "Objetivando a concretagem de um elemento construtivo que precisa de uma resistência à tração mínima de 3,6 MPa, usando apenas o cálculo de estimativa, não seria recomendado o uso deste concreto."

PORQUE

II. "O valor de resistência à compressão através do ensaio executado foi de 25 Mpa e o valor de resistência à tração média ($f_{ct,m}$) estimado por fórmula foi de 2,2 Mpa, sendo seus limites superiores e inferiores, respectivamente, 1,5MPa e 2,8MPa."

Assinale a alternativa correta.

A) As afirmativas I e II são proposições falsas.
B) A afirmativa I é uma proposição verdadeira; a II é uma afirmativa falsa.
C) A afirmativa I é uma proposição falsa; a II é uma afirmativa verdadeira.
D) As afirmativas I e II são proposições verdadeiras; a II é uma justificativa correta da I.

Questão 42

A imagem apresenta o resumo dos valores do Custo Unitário Básico (CUB/m²). Desonerados retirados do *Sinduscon Parana Oeste* no mês de setembro de 2023:

PROJETOS – PADRÃO RESIDENCIAL

PADRÃO BAIXO		%
R-1	2256,52	0,02
PP-4	2132,84	0,01
R-8	2036,46	0,03
PIS	1562,89	-0,20

PADRÃO NORMAL		%
R-1	2574,19	0,11
PP-4	2475,75	0,18
R-8	2203,77	0,187
R-16	2139,21	0,16

PADRÃO ALTO		%
R-1	3222,07	0,01
R-8	2613,33	0,19
R-16	2749,95	0,21

PROJETOS – PADRÃO COMERCIAL – ANDARES LIVRES, SALAS E LOJAS

PADRÃO NORMAL		%
CAL - 8	2578,80	0,17
CSL - 8	2215,10	0,27
CSL - 16	2973,07	0,28

PADRÃO ALTO		%
CAL - 8	2719,69	0,15
CSL - 8	2397,67	0,19
CSL - 16	3200,49	0,19

PROJETOS – GALPÃO INDUSTRIAL E RESIDÊNCIA POPULAR

PROJETO		%
RP1Q	2227,64	-0,12
GI	1207,90	0,06

A respeito ao tema, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) O CUB desonerado apresentado pode ser usado somente por empresas, cuja atividade principal esteja enquadrada nos diferentes setores da construção civil como, por exemplo a construção de edifícios, obras de infraestrutura, obras de acabamento, serviços especializados em construção, demolição, incorporação de empreendimentos imobiliários, serviços de arquitetura e urbanismo, dentre outros.

( ) A metodologia de cálculo do CUB/m² desonerado é a mesma do CUB/m²; porém, a diferença entre eles diz respeito apenas ao percentual de encargos sociais incidentes sobre a mão de obra. O cálculo do CUB/m² desonerado não considera a incidência dos 15% referentes à previdência social, assim como as suas reincidências.

( ) Levando em consideração o CUB apresentado, uma residência unifamiliar de baixo padrão com 1 pavimento de 50m² custará mais de R$ 110.000,00, sem contar com alguns serviços como, por exemplo, as fundações da edificação, que não são incluídos no preço por metro quadrado desta importante ferramenta de estimativa de custos.

A sequência está correta em

A) V, F, V.
B) F, V, F.
C) F, F, V.
D) V, V, F.

Questão 43

De agosto a outubro de 2023, no Sul do Brasil, onde houve um alto índice de umidade e grandes períodos chuvosos, a necessidade de conhecimento técnico para o uso de impermeabilizantes é evidente, e quando ignorada, ou por negligência fiscal ou por falta de mão de obra qualificada, tem por consequência edifícios e residências insalubres sob frequente serviços de manutenção corretiva. Considerando a aplicação de um sistema de impermeabilização flexível usando uma manta asfáltica associada à um *primer* de emulsão asfáltica, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Recomenda-se que a aplicação das mantas asfálticas sejam efetuadas em temperaturas ambientes acima de 5 °C, salvo orientação específica do fabricante.
B) A aplicação da manta asfáltica com chama de maçarico a GLP deve ser iniciada pelo lado mais baixo da superfície, para que as emendas obedeçam ao sentido de escoamento, sendo que as sobreposições devem ser de, no mínimo, 5 cm, ou de acordo com o fabricante.
C) O substrato onde será executada a imprimação deve estar limpo; coeso; seco; sem imperfeições; e, resíduos, possuindo declividade nas áreas horizontais de, no mínimo, 1% em direção aos coletores de água, sendo que, para calhas e áreas internas, é permitido o mínimo de 0,5% de declividade.
D) Após a aplicação das mantas, é recomendado promover a sua proteção quanto aos raios ultravioletas, exceto para mantas autoprotegidas, e a proteção mecânica. Nas áreas horizontais, a proteção mecânica, armada ou não, deve ser executada sobre camada separadora e/ou drenante, nos locais onde exista possibilidade de agressão mecânica.

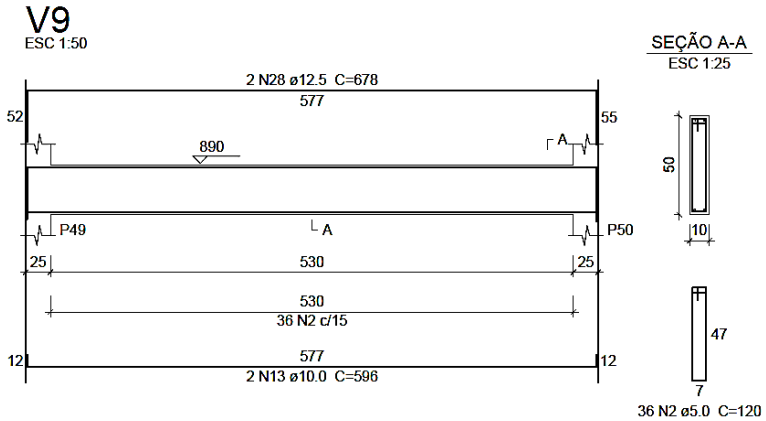
Questão 44

Para um concreto ser utilizado e/ou aceito na obra, no mínimo dois parâmetros fundamentais devem ser controlados: consistência (medida da "trabalhabilidade") pelo abatimento do tronco de cone, conhecido como *Slump Test* e resistência mecânica. Sobre os ensaios de controle e aceitação, assinale a afirmativa correta.

A) Para o concreto usinado, devem ser realizados ensaios de consistência a cada duas betonadas, no mínimo.
B) Caso seja escolhido o molde cilíndrico (10 x 20 cm) em um adensamento manual para o ensaio de resistência mecânica, o concreto deve ser adensado em duas camadas, aplicando-se doze golpes por camada.
C) O responsável pelo ensaio de *slump test* deve usar o molde tronco de cone preenchendo-o com duas camadas de concreto com compactação de vinte e cinco golpes por camada com uso de uma barra metálica.
D) Para analisar a resistência mecânica do concreto, o responsável pelo recebimento e aceitação deste insumo na obra deve preparar moldes que, de acordo com o seu formato e as suas dimensões, procederá a moldagem com um número específico de camadas aplicando-se vinte e cinco golpes no adensamento manual.

Questão 45

A imagem apresenta o detalhamento da viga V9 que será construída para reforçar uma estrutura de concreto preexistente, e, posteriormente, uma tabela contendo informações sobre área de aço; massa linear, e, o custo para diferentes diâmetros de barras de aço.



Bitola (mm)	Área (cm²)	Massa linear (Kg/m)	Custo (R$/Kg)
8,0	0,50	0,40	6,00
10	0,80	0,63	8,00
12,5	1,25	1,00	10,00

"Considerando que serão necessárias 10 unidades deste elemento estrutural, sobre os custos das barras de aço desconsiderando as perdas nos cálculos, o aço longitudinal usado na armadura _____ custará entre _____."
Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

A) positiva (ferro de 10 mm) / R$ 800,00 a R$ 1.000,00
B) negativa (ferro de 12,5 mm) / R$ 900,00 a R$ 1.200,00
C) positiva (ferro de 10 mm) / R$ 1.000,00 a R$ 1.300,00
D) negativa (ferro de 12,5 mm) / R$ 1.200,00 a R$ 1.500,00

Questão 46

Para se conseguir uma pintura homogênea e que mantenha um bom aspecto durante um longo período de tempo sem perder a sua funcionalidade, é necessário que esta seja bem aplicada, respeitando as várias regras importantes na sua aplicação e utilizando um sistema de pintura adequado para cada tipo de substrato e de tinta, tendo, ainda, em consideração, o ambiente em que é executada. Diante do exposto, analise as afirmativas a seguir.

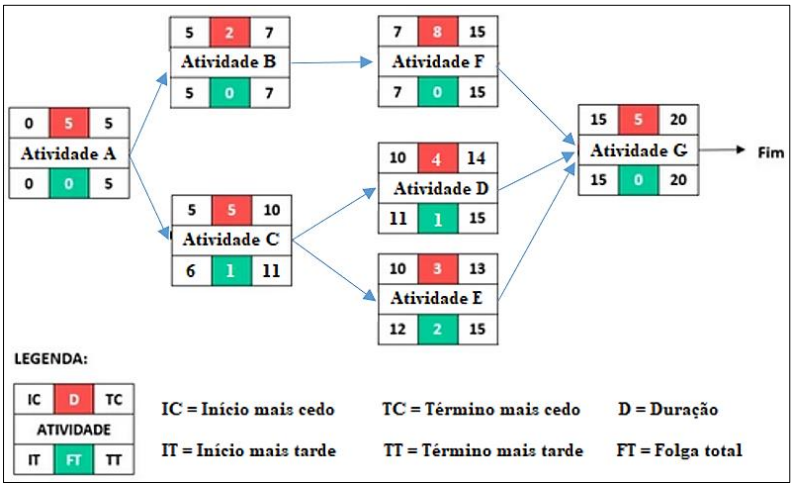
I. Ao iniciar um sistema de pintura, o executor deve respeitar as condições ambientais adequadas para aplicação dos produtos, sendo algumas destas: temperatura no intervalo de 10 °C a 40 °C e umidade inferior a 90%.
II. Em substratos mofados, o pintor deve lavar a superfície com solução de água e água sanitária em partes iguais, esperar 6h e enxaguar bem; após este procedimento, deve-se aguardar a secagem.
III. Para a preparação da pintura de piso com superfície cimentada nova e lisa (cimento queimado), deve-se aguardar a secagem e cura por trinta dias. Após este período, lavar com solução de ácido muriático e água na proporção 1:4, respectivamente, e enxaguar bem. Aguardar a secagem e certificar-se de que a limpeza efetuada na superfície provocou poros para a aderência da tinta ao piso.

É correto apenas o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

Questão 47

A figura apresenta um exemplo de fluxograma de atividades com as durações (em dias), os prazos e as folgas consideradas.



Considerando o contexto apresentado, analise as afirmativas a seguir.

I. As atividades B e F podem ser realizadas em paralelo às atividades C, D e E; no entanto, levarão dois dias a mais para serem concluídas.

II. As atividades da sequência A-B-F-G são as que compõem o caminho crítico, levando vinte dias para a conclusão do projeto.

III. A sequência das atividades A-C-D-G possui dezenove dias de duração; portanto, não é um caminho crítico.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

Para responder às questões de números 48 e 49 utilize as informações da tabela, na qual consta a composição analítica de um serviço retirado da tabela SINAPI em setembro de 2023, no estado do Paraná.

Caso 1: Composição analítica – assentamento de revestimento cerâmico

Item 1	Serviço			Origem de preço	Unidade
87260	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS PORCELANATO – DIMENSÕES 45 X 45 CM APLICADA EM ÁREA MAIOR QUE 10 M²			CR	M²
	Descrição dos componentes	Unid.		Coefic.arred.	Valor
1.1	PISO EM PORCELANATO RETIFICADO EXTRA	M2	CR	1,1	R$ 92,46
1.2	REJUNTE CIMENTÍCIO, QUALQUER COR	Kg	CR	0,2	R$ 0,79
1.3	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	Kg	CR	9,1	R$ 20,17
1.4	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	CR	0,5	R$ 14,67
1.5	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	C	0,2	R$ 3,84
TOTAL DA COMPOSIÇÃO				R$ 131,93	

Questão 48

Sabendo-se que a área a ser revestida pelo porcelanato será de 200 m², a mão de obra mínima necessária para a execução deste serviço, em até 5 dias úteis, considerando uma carga de trabalho de 8 horas/dia, será de:

A) 2 ladrilhistas e 1 servente.
B) 2 ladrilhistas e 2 serventes.
C) 3 ladrilhistas e 1 servente.
D) 4 ladrilhistas e 3 serventes.

Questão 49

Sobre os códigos que dispõem o SINAPI nas planilhas de composição, assinale a afirmativa correta.

A) O código CR apresentado na composição analítica do assentamento de porcelanato (caso 1) se refere à identificação da origem do preço, sendo este coletado pelo IBGE.
B) O código C apresentado na composição analítica do assentamento de porcelanato (caso 1) é uma composição atribuída com base no preço do insumo para a localidade de São Paulo/SP.
C) A composição apresentada no caso 1 não evidencia a origem de preço AS; dessa forma, o preço apresentado não foi obtido pelo coeficiente de representatividade do insumo – metodologia de família homogênea.
D) No caso de insumo com preço AS é decisão do orçamentista, que deve verificar se o preço é adequado para a localidade a que se destina o orçamento, considerando, inclusive, a relevância do insumo no custo total do orçamento.

Questão 50

A avaliação de bens, de seus frutos e direitos, é uma análise técnica para identificar valores, custos ou indicadores de visibilidade econômica, para um determinado objetivo, finalidade e data, consideradas determinadas premissas, ressalvas e condições limitantes claramente explicitadas.

(NBR 14653: Avaliação de bens – parte 1. 2019.)

Analise as afirmativas a seguir sobre os principais conceitos abordados na NBR 14653.

I. A decrepitude é o desgaste das partes constitutivas de um bem, em consequência de seu envelhecimento natural, em condições normais de utilização e manutenção.
II. O preço de um imóvel decorre de várias características, entre as quais se destacam sua raridade e sua utilidade para satisfazer necessidades e interesses humanos e sofre influências por suas características singulares e condições de oferta e procura, tendo relação com o total dos gastos diretos e indiretos necessários produção ou aquisição de um bem.
III. O valor especial é o valor resultante da interação de dois ou mais bens ou direitos, quando o valor global for maior do que a soma dos valores individuais.

Está correto apenas o que se afirma em

A) I.
B) I e II.
C) II e III.
D) I, II e III.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (uma) dissertação, versando sobre quaisquer dos temas do Anexo I do Edital e 1 (uma) questão discursiva envolvendo estudo de caso, podendo versar sobre tema comum ou de conhecimentos específicos do respectivo cargo. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos, para a dissertação e 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos para a questão discursiva.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos do Edital e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverão ser observados os limites mínimos 20 (vinte) linhas e 30 (trinta) linhas para a dissertação e 10 (dez) linhas e 20 (vinte) linhas para a questão discursiva. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não haver texto; cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido; que fuja da tipologia, tema e proposta da prova; considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português; que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta; cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor; que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato; ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos no Edital.
- O candidato não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta, nem mesmo legislação para auxílio na elaboração da Prova Discursiva.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

a) Para a dissertação:

Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	**Pontos descontados por erro**	**Total de Pontos**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)	0,50 ponto	10,0 pontos
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe)	0,50 ponto	10,0 pontos
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade)	0,50 ponto	6,0 pontos
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto)	1,0 ponto	12,0 pontos
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado)	1,0 ponto	12,0 pontos
TOTAL	**–**	**50 pontos**

b) Para a questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	40 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	10 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir: 1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 10 pontos. **2.** Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com, no mínimo, duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. **3.** O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

DISSERTAÇÃO

Texto I

Com calor extremo, acesso à água é desafio para quem vive na rua

Pessoas em situação de rua sofrem com a dificuldade de acesso à água em dias de calor extremo em São Paulo, mas, além de ações emergenciais, é preciso pensar em adaptar as cidades para os eventos extremos do clima.

Esta semana, os termômetros ultrapassaram os 35° C e a umidade relativa do ar ficou abaixo de 35% na capital paulista. Desde a quarta-feira (27), o tempo virou. Choveu forte em São Paulo e houve mudanças drásticas de temperatura. Nesta quinta-feira (28), a máxima não passou de 17° C.

Encontrar água para beber e sombra para se esconder do sol foi um desafio para as mais de 53 mil pessoas que vivem em situação de rua em São Paulo, de acordo com Levantamento do Observatório Polos de Cidadania, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trata-se de uma população maior que a de quase 90% das cidades brasileiras, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em: 09/2023.)

Texto II

População em situação de rua cresceu nas últimas décadas

Um em cada mil brasileiros vive nas ruas. O dado é do relatório População em Situação de Rua elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

(Disponível em: https:tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil. Acesso em: 09/2023.)

Texto III

Centro e Jardim Botânico são os bairros com mais solicitações

Dos 75 bairros curitibanos, 73 registraram ao menos uma solicitação de abordagem social de rua em 2023, o que significa que 97,3% dos bairros da Capital tiveram algum registro envolvendo pessoas em situação de rua. As únicas localidades que não tiveram qualquer ocorrência foram Riviera (na regional da CIC) e Lamenha Pequena (na regional de Santa Felicidade), que são também dois dos menores bairros curitibanos em termos de população e de número de domicílios.

Por outro lado, dois bairros concentram mais de um terço das ocorrências. São eles: Centro (2.337 registros) e Jardim Botânico (1.297). Juntas, as duas localidades concentram 3.634 solicitações de abordagem social de rua, o equivalente a 35,3% do total de registros na Capital nos quatro primeiros meses de 2023.

Outros 11 bairros tiveram 200 ou mais solicitações registradas neste começo de ano. Foram eles, na ordem: Rebouças (509); Boqueirão (434); Água Verde (304); Cidade Industrial (287); Batel (273); Cristo Rei (250); Sítio Cercado (240); Novo Mundo (230); Cajuru (226); Portão (206); e, Bigorrilho (203).

Veja os números:

Solicitações feitas à Central 156 de "Abordagem Social de Rua" (dados de janeiro a abril de cada ano)

2023: 10.306
2022: 10.456
2021: 9.087
2020: 7.855
2019: 5.726

(Rodolfo Luis Kowalski Em: 21/05/2023. Disponível em: https:www.bemparana.com.br.)

Texto IV

(Por: Grupo Editores Blog. Em: 9 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://blogdoaftm.com.br.)

Produza uma dissertação, com base nos textos motivadores, tendo como tema:

"Vulnerabilidade de pessoas em situação de rua, um desafio social".

DISSERTAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO DISCURSIVA

Os contratos administrativos são instrumentos utilizados pelo poder público para realizar a contratação de um objeto por meio de uma licitação. Este tipo de contrato se difere, em vários termos, do contrato comum no direito civil, pois concede ao poder público algumas prerrogativas excepcionais. Após deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto de licitação, dá-se início à fase contratual, com a assinatura do contrato e a emissão da ordem de serviço e se encerra com o recebimento da obra. É importante destacar que a Administração não pode celebrar contrato sem observar a ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade do contrato. Os contratos administrativos poderão ser alterados, ou aditados, e rescindidos, em situações bem específicas.

Com base nas informações anteriores, apresente cinco dos motivos assegurados na Lei nº 14.133/2021, que permitem ou requerem a rescisão do contrato administrativo. Tais argumentos devem estar dispostos de forma clara; organizada; e exemplificada, evidenciando notório conhecimento pragmático a respeito do tema proposto.

QUESTÃO DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante o período de realização das provas o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, réguas de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação, ou qualquer outro material literário ou visual de consulta, os candidatos não poderão utilizar-se, em hipótese alguma, de lapiseira, corretivos ou lápis-borracha ou outro material distinto do constante no Edital.

3. Para garantir a segurança do processo, o candidato poderá ser submetido a detector de metais durante a realização das provas. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame e ainda a critério do Instituto Consulplan, o candidato poderá ser submetido à identificação especial que compreende a coleta de assinatura e da impressão digital em formulário próprio, durante a realização das provas. Poderá ser exigida também a identificação pessoal ao candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para o cargo de nível médio e 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior. A Prova Discursiva (uma dissertação e uma questão discursiva) será aplicada somente para os cargos de nível superior.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/especialidade a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para os cargos de nível superior) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas, para todos os cargos de nível superior, exceto para o cargo de Técnico Administrativo, cuja prova terá duração de 4 (quatro) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para os cargos de nível superior).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para os cargos de nível superior) devidamente preenchidas assinados em local indicado.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. O candidato não poderá fazer anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito ou redação) em quaisquer outros meios. O candidato flagrado nesta consulta poderá ser eliminado do certame.

10. Os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de realização das provas decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas, por motivo de segurança. O candidato que, por qualquer motivo, se recusar a permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido no edital terá o fato consignado em ata, pelo Instituto Consulplan, e poderá ser eliminado do Concurso Público. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

11. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas, juntos, após assinarem o termo específico da ata de aplicação.

RESULTADOS E RECURSOS

- O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação oficial do objeto do recurso.

- Para interposição de recursos o candidato deverá acessar no endereço eletrônico do Instituto Consulplan www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no edital, e inserir as informações solicitadas.